

## Gramsci e Maquiavel:

a crítica maquiaveliana nos Cadernos do Cárcere

Geraldo Magella Neres

**Como citar:** NERES, G. M. Gramsci e Maquiavel: a crítica maquiaveliana nos Cadernos do Cárcere. *In:* DEL ROIO, M. (org.). **Aspectos de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária, 2009. p. 75-86. DOI:  
<https://doi.org/10.36311/2009.978-85-60810-04-8.p75-86>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Gramsci e Maquiavel: a crítica maquiaveliana nos *Cadernos do cárcere*

Geraldo Magella Neres<sup>1</sup>

## 1 Introdução

A compreensão adequada da crítica maquiaveliana presente nos *Cadernos do cárcere*, mesmo passados mais de cinquenta anos da primeira publicação de *Noterelle sulla politica del Machiavelli*<sup>2</sup>, é ainda algo problemática entre os estudiosos do pensamento gramsciano. Tanto entre partidários quanto entre críticos ainda prevalece certa reserva intelectual na aceitação da relevância da contribuição gramsciana, seja em decorrência do caráter assistemático das notas, seja em decorrência da acusação de uma alegada instrumentalização política da leitura carcerária<sup>3</sup>. O objetivo desse artigo é exatamente contribuir para elucidar estes dois mal-entendidos, mostrando que a interpretação gramsciana de Maquiavel destaca-se como uma das mais relevantes dentro da maquiavelística do século XX. E, se até hoje ela não foi integralmente valorizada, muito se deve à sua extrema originalidade, destoante das simplificações maniqueístas ou das erudições vazias que marcaram a crítica maquiaveliana dos últimos tempos.

## 2 A historicização radical da leitura gramsciana

No primeiro momento, visando uma análise mais técnica da interpretação gramsciana, sem abordar ainda sua distinção político-filosófica, que funda a leitura na historização da obra de Maquiavel, cumpre destacar a importância que Gramsci atribui ao último capítulo de *O Príncipe*.

<sup>1</sup> Professor de Ciência Política na Unioeste-PR; Mestre em Ciências Sociais pela FFC-Unesp (Marília).

<sup>2</sup> Trata-se da primeira edição dos *Quaderni del carcere*, organizada segundo as indicações de Palmiro Togliatti de publicar os escritos carcerários não na ordem cronológica em que foram elaborados, mas agrupados segundo os temas principais tratados. Os seis volumes temáticos foram publicados na seguinte ordem: *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* (1948), *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura* (1949), *Il Risorgimento* (1949), *Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno* (1949), *Letteratura e vita nazionale* (1950) e *Passato e presente* (1951).

<sup>3</sup> Sobre a recepção crítica da interpretação gramsciana de Maquiavel, cf.: NERIS, G.M. *Política e hegemonia: a interpretação gramsciana de Maquiavel*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília: 2002.

Na apreensão de Gramsci, é a exortação final do livro que permite localizar historicamente a reflexão desenvolvida por Maquiavel, qualificando-a como um *manifesto de partido*. Assim sendo, toda a análise minuciosa desenvolvida nos primeiros vinte e cinco capítulos, uma autêntica dissecação da prática política necessária a um fim determinado, só adquire seu sentido pleno no brado final de libertação do domínio estrangeiro e de unificação política da península itálica presentes no capítulo final da obra, explicitando não só os seus prováveis interlocutores (a ascendente burguesia italiana do *Cinquecento* e os candidatos providenciais ao papel de príncipe-condottiere disponibilizados pela *fortuna*), como o projeto histórico de unificação territorial posto em prática pelo absolutismo de base nacional. E aqui não importa se o cidadão Maquiavel era um aguerrido republicano, pois sintonizado com o *espírito de seu tempo*, ele havia se convencido da necessidade da monarquia absolutista como o único meio disponível para atingir a unidade política naquele momento histórico.

Outra singularidade da leitura gramsciana, decorrência direta da primeira, é dada pela reivindicação da unidade de conjunto da obra maquiaveliana. Esse posicionamento descarta a possibilidade de uma contraposição entre *O príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, muito comum na história da crítica maquiaveliana. Além disso, ao concordar com Russo<sup>4</sup>, Gramsci reafirma que essas duas obras tratam de momentos distintos do processo de constituição das novas estruturas políticas – isto é, o momento da força é destacado em *O Príncipe*, ao passo que a busca da hegemonia se sobressai nos *Discursos* -, mas nem por isso Maquiavel deixa de abordar a necessidade de ambos os momentos em *O Príncipe*, já que a busca do consenso, em última instância, é complementada pela utilização da autoridade ou da força como base da ação política (é interessante notar o uso feito por Maquiavel da metáfora do Centauro, presente no capítulo XVIII de *O Príncipe*, para indicar a necessidade da força e do consenso na arte da política). Essa diretriz adotada por Gramsci sugere que *O Príncipe*, *A arte da guerra* e *História de Florença* formam uma unidade temática que gira em torno da análise da realidade histórica da época, elaborada por Maquiavel em função do projeto contido em seu *manifesto de partido*.

Já em relação à distinção político-filosófica, a originalidade da interpretação gramsciana fica evidente na historicização radical do pensamento de Maquiavel. Assim, Gramsci identifica em *O Príncipe* a expressão teórica do processo de constituição da vontade coletiva em curso no momento inicial de formação do Estado nacional, ainda durante a fase de constituição da unidade territorial de base nacional posta em marcha pelas monarquias absolutistas do século XVI. Esse pressuposto basilar da leitura foi declarado abertamente numa carta de 14 de novembro de 1927, endereçada à sua cunhada, onde ele comenta as recensões literárias sobre o quarto centenário da morte de

<sup>4</sup> RUSSO, L. *Prolegomeni a Machiavelli*. Firenze: Le Monnier, 1931.

Maquiavel: “Fui logo atraído pelo fato de que nenhum dos escritores sobre o centenário tenha estabelecido a relação entre os livros de Maquiavel e o desenvolvimento dos Estados em toda a Europa no mesmo período histórico. Desviados pelo problema puramente moralista do chamado *maquiavelismo*, não viram que Maquiavel foi o teórico dos Estados nacionais governados pela monarquia absoluta, isto é, teorizava na Itália o que na Inglaterra era energeticamente posto em prática por Elizabeth, na Espanha por Fernando, o Católico, na França por Luis XI e na Rússia por Ivã, o Terrível, mesmo quando não conhecesse e não pudesse conhecer algumas destas experiências nacionais, que na realidade representavam o problema histórico da época que Maquiavel teve a genialidade de intuir e expor sistematicamente”.<sup>5</sup>

É por isso que Gramsci afirma que “Maquiavel foi o teórico dos Estados nacionais governados pela monarquia absoluta”: mesmo não conhecendo todas as variações que o processo de centralização política tomou através da consolidação do Estado nacional, já que sua reflexão derivou principalmente do conhecimento mais detalhado do modelo francês e, indiretamente, do modelo espanhol, como fica evidente em seu texto, Maquiavel pôde sistematizar as bases políticas do processo de construção do Estado unitário porque estava organicamente vinculado aos interesses da classe burguesa em ascensão (isto é, vinculava-se estreitamente à filosofia de sua época). Assim, o discurso sobre a constituição do Estado moderno – moderno por ser já *de base nacional*, e não comunal – emerge exatamente no momento da gênese da unificação territorial, elemento fundamental da posterior estrutura jurídico-política que caracterizará o Estado-nação.

Dessa forma, na chave de leitura proposta por Gramsci, o sentido do discurso maquiaveliano só pode ser integralmente apreendido se captado no contexto do **problema histórico** colocado pela filosofia de sua época, que redefinia não somente os interesses sociais mais gerais (os valores, os ideais, etc.), mas elaborava também os fundamentos da nova forma de organização política de base nacional. É em função disso, portanto, que a obra de Maquiavel pode ser tomada como consciência teórica do processo de constituição do Estado nacional e da necessidade de formação de uma vontade coletiva já de base nacional-popular.

Outro ponto de destaque da análise gramsciana é aquele que distingue *O Príncipe* dos livros escolásticos ou acadêmicos da época pelo seu caráter “vivente”, diretamente vinculado às forças históricas atuantes no alvorecer da formação do Estado moderno. Concebido assim, o príncipe-condottiere aparece então como a encarnação da figura soreliana do “mito”: “O caráter fundamental do Príncipe é aquele de não ser um tratado sistemático, mas um livro “vivo”, no qual a ideologia e a ciência política se fundem na

<sup>5</sup> GRAMSCI, A. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 89.

forma dramática do “mito”<sup>6</sup>. Ou seja, além de localizada historicamente no tempo (a fase de transição européia para a modernidade), a obra está inextricavelmente ligada aos interesses de uma determinada classe social: a saber, a burguesia ascendente. É essa a nova classe progressiva que, concomitante à sua conformação societária, a partir do final do século XV impulsiona através de seus intelectuais orgânicos um amplo movimento multissecular de reforma intelectual e moral na maior parte da Europa Ocidental que levará à constituição dos diversos Estados nacionais europeus (Renascimento, Reforma Protestante, Iluminismo, Revoluções Burguesas, etc.). Em suma, quando Gramsci fala de **reforma intelectual e moral**, ele tem como exemplificação histórica fundamental o longo processo de constituição do homem coletivo da civilização burguesa, fruto de uma complexa interação dialética que cria organicamente tanto a nova sociedade (a sociedade burguesa) quanto o novo homem (o indivíduo autocentrado da modernidade).

Então, a constituição do consenso em torno da aceitação do Estado unitário como um mecanismo jurídico-político mais apropriado do que as diversas formas de ordenamentos políticos comunais – sobretudo a cidade-estado renascentista e os diversos tipos de principados oligárquicos de base comunal – pode ser vista como o passo inicial dessa reforma intelectual e moral que permitiu salvaguardar a expansão da civilização burguesa que se iniciava. Esse novo consenso – isto é, a formação embrionária da vontade coletiva nacional-popular – tornou possível a mobilização pelo monarca do apoio não só da classe burguesa ascendente, mas de amplos estratos das classes populares e de setores aburguesados da nobreza. Portanto, conforme Gramsci, foi a formação dessa nova vontade coletiva já de caráter nacional-popular que impulsionou o processo de consolidação do poder soberano dos reis e a efetiva unificação territorial, características responsáveis pela configuração já marcadamente moderna da monarquia absolutista (centralismo do poder x fracionamento do poder político na sociedade feudal). Evidentemente que cumprida a etapa fundamental de unificação político-territorial o papel progressivo da monarquia absolutista logo se esgotou, exigindo a postulação de novas formas de Estado que permitissem a maturação do ordenamento social burguês através da superação do Antigo Regime.

A decorrência direta desse pressuposto metodológico é a negação da possibilidade de uma interpretação a-histórica que isole a obra do autor da totalidade social na qual está inserido, concebendo-o como fechado em si mesmo e asépticamente isolado das visões de mundo que caracterizam a filosofia de sua época. Por conseqüência, ficam descartadas as diversas leituras moralistas que constituem a tônica da maquiavelística, tornando evidente a função do realismo político de Maquiavel: a solução do enigma *machiavelli* reside em reconhecer a sua capacidade de perceber o papel progressivo da

<sup>6</sup> GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere* (Edizione critica). Torino: Einaudi, 2001. Q. 13, § 1, p. 1555.

monarquia absolutista e, através de sua reflexão, sistematizar doutrinariamente a política realista então praticada na Europa ocidental. Assim, a grande contribuição teórica de Maquiavel, que é também a razão principal do embaraço envolvendo seu nome, decorreu de sua acurada apreensão dos fundamentos da ação política na modernidade, que ainda hoje se caracteriza pela conflituosidade entre *ética de princípio* e *ética de resultado*. Porém, isto não é simplesmente demonstrado abstratamente, por meio de axiomas racionais, mas sistematicamente enfeixados na apresentação de ações concretas a serem operacionalizadas e através de comportamentos a serem seguidos por um Príncipe providencial encarregado da unificação da península itálica.

Em resumo, essa historicização radical da apreensão de Maquiavel constitui um dos elementos mais originais da crítica maquiaveliana nos *Cadernos do cárcere*. Ela não só resolve o problema mais espinhoso do realismo político, isto é, Maquiavel deixa de ser visto como um crápula dando lições totalitárias a tiranos, mas é apreendido no quadro da luta concreta dos primeiros momentos de construção do Estado nacional. Porém, vai mais além, nos ajudando também a compreender a profusão de leituras existentes da obra do "secretário florentino". O principal motivo dessa diversidade de leituras reside na redução da interpretação a uma operação puramente abstrata, desprezando a reflexão maquiaveliana da realidade histórica que forneceu os problemas sobre os quais refletiu. Essa "desconstrução" da historicidade da obra de Maquiavel é a causa principal das polêmicas interpretativas que cercam *O príncipe* e também da impossibilidade de uma compreensão não-moralizante de seu realismo.

É essa nova concepção histórica elaborada por Gramsci que permite pôr fim aos absurdos das interpretações moralistas da obra do "secretário florentino" elaboradas sob a rubrica *maquiavelismo*, inviabilizando também as tentativas de fazer de seu pensamento uma teoria da política em geral, válida em todos os tempos (a leitura croceana de Maquiavel como técnico da política). A revolução teórica de Maquiavel residiu em reivindicar abertamente que religião e ética política se constituem em dois campos distintos, pautados por condutas morais diferentes. Como observador acurado de seu tempo percebeu que a ética cristã, apesar de desejável, não se aplicava às ações políticas exigidas pelo processo de unificação política. Mais ainda: ao príncipe que teorizava, elemento mediador que encarnava um projeto político coletivo dos mais importantes, só restaria a adoção da ética moral intrínseca à ação política. Ou seja, na verdade, o que Maquiavel está destacando é a necessidade histórica colocada pela modernidade européia de subsumir a religião à política, que se imporia na Europa ocidental a partir do século XVI com a formação dos Estados nacionais, responsável pela *racionalidade* e *secularização* específicas do Ocidente.

### 3 O príncipe-mito e o desenvolvimento político italiano

No entanto, a questão é mais complexa: Por exemplo, o que significa conceber o príncipe-condottiere como uma “exemplificação histórica do “mito””, tal como colocado por Gramsci? Em que medida a concepção de Georges Sorel<sup>7</sup> sobre o “mito” pode contribuir para elucidar a compreensão da crítica gramsciana de Maquiavel?

Apesar da forte influência de Sorel no pensamento socialista italiano das primeiras décadas do século XX, maior do que aquela verificada na própria França, foi Gramsci um dos poucos a desenvolver de forma proveitosa as contribuições da leitura soreliana do marxismo<sup>8</sup>. Entretanto, como regra geral do relacionamento com suas fontes teóricas, Gramsci realça os limites da concepção soreliana do “mito”, criticando o seu caráter abstrato, distante da compreensão de que a política – principalmente a “grande política” – exige a superação do espontaneísmo, colocando a necessidade do elemento organizativo na formação de qualquer nova vontade coletiva ou consenso. Conseqüentemente, a apreensão gramsciana do “mito” adquire uma nova conotação, ao superar o papel “negativo” do “mito”, de mera destruição de uma vontade coletiva já existente, propondo também uma “fase ativa e construtiva” para a atuação do “mito”.

Assim reformulada, a apreensão gramsciana de *O Príncipe* como exemplificação concreta da concepção soreliana do “mito” implica tomar o livro em questão como encarnação simbólica do processo de formação de uma nova vontade coletiva. A utilização da forma artística, metafórica, para apresentar a constituição dessa vontade coletiva não elimina a necessidade de um elemento mediador organizativo que é o próprio príncipe-condottiere. Entendida dessa forma, a função da obra é vista como sendo a de mobilizar as consciências individuais para a aceitação do uso dos meios necessários para se atingir um fim político determinado. Ao longo do livro, através de traços de personalidade, de qualidades pessoais, etc., que deve possuir o príncipe-condottiere providencial, são transmitidos um projeto e uma ideologia política que fundamentam a construção da nova vontade coletiva. Por isso, *O Príncipe* pode ser apreendido como uma exemplificação do “mito” soreliano, já que apresenta um determinado conhecimento político (ideologia + ciência) veiculado através da utilização de uma imagem artística (a imagem do príncipe-condottiere), encarregando-se de enunciar os mecanismos de funcionamento do poder e a estratégia para a construção da unidade política italiana, apelando principalmente ao conhecimento intuitivo de seus leitores.

<sup>7</sup> SOREL, G. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>8</sup> Sobre a influência de Sorel no pensamento de Gramsci, cf. BADALONI, N. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSAWM, E. *História do marxismo. o marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo* (vol. 10). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 10 p. 13-128.

Em grande medida, é justamente a utilização da expressão mítica dada à sua exposição, o elemento responsável pelo grande impacto que a obra causa, pois contribui de forma imediata para negar a antiga visão de mundo estabelecida pelo cristianismo (a ideologia cristã do cosmos medieval), recorrendo diretamente ao estímulo da sensibilidade de seus leitores. A comparação proposta por Gramsci é bastante pertinente, pois ainda hoje, mesmo passados todos esses séculos que nos separam da época vivida por Maquiavel, uma parcela do mecanismo do "mito" embutido na obra continua atuante, pois o livro fala primeiro ao sentimento, procurando convencer da evidência iniludível do realismo da ação política através de imagens impactantes, para só depois atingir a razão.

No entanto, sem promover a reforma intelectual e moral necessária para romper o monolitismo ideológico medieval, o projeto do príncipe-condottiere não se afirmaria. A formação e difusão dessa subjetividade alternativa, que é tarefa político-cultural dos intelectuais orgânicos da classe em ascensão, é que torna possível transformar a *filosofia da época* em ideologia do homem coletivo. Na medida em que o desenvolvimento social, mediado pela filosofia, difunde-se para a mente coletiva, esta transforma-se em política. Entretanto, a política só é revolucionária se representar os anseios sociais racionalizados pela filosofia representativa dos interesses progressistas de cada época histórica. E era isso o que propunha Maquiavel ao tentar convencer o "povo" da necessidade de apoiar sem reservas o projeto da unificação política italiana.

Como o processo histórico de formação dos Estados nacionais na Europa demonstrou, a figura de um príncipe excepcional - que em virtude dos tempos só poderia se plasmar na figura do líder militar (condottiere) - foi fundamental para constituir o consenso político que pôs fim à anarquia política decorrente da crise mortal do feudalismo. No entanto, enquanto os principais países da Europa ocidental avançavam decididamente rumo à consolidação da etapa inicial de desenvolvimento nacional através da unificação político-territorial posta em marcha pelas recém-constituídas monarquias absolutistas, a Itália permanecia submetida a formas anacrônicas de organização política, não conseguindo superar a fase feudal de Estado. Assim, a península itálica do século XVI caracterizava-se pela fragmentação territorial, pela permanência de inúmeros particularismos locais e pela heterogeneidade político-cultural de seus habitantes.

A conseqüência imediata da impossibilidade de superação dos entraves políticos de base comunal traduziu-se na debilidade militar que transformou a Itália em presa fácil dos interesses expansionistas de outros Estados europeus já unificados. Por conseguinte, a impossibilidade de unificação territorial no século XVI representou a falência de qualquer projeto de unidade e autonomia política até o século XIX, subordinando o destino político da península aos interesses de seus poderosos vizinhos, sobretudo

França e Espanha. Os intentos italianos de unificação surgidos nesse período redundaram em fracasso, já que o absolutismo italiano moderno foi incapaz de suscitar a formação de um Estado de caráter nacional. As *signorie* e os principados regionais em que se configuraram as suas experiências de absolutismo degeneraram em formas políticas regressivas, desembocando na fragmentação política característica do Renascimento. Logo, a transição política italiana para a modernidade diferiu acentuadamente do modelo típico que prevaleceu em grande parte da Europa ocidental (França, Inglaterra, Espanha, etc.), preservando o policentrismo político característico do período de constituição da civilização comunal.

Essa singularidade da situação italiana aparece nos *Cadernos do cárcere* vinculada à crítica gramsciana de Maquiavel: “Por que não se teve a monarquia absoluta na Itália na época de Maquiavel?”.<sup>9</sup> A sua conclusão é que isso resultou de uma articulação complexa de fatores da história italiana: a formação do Império Romano, a questão da língua, o processo atípico de desenvolvimento burguês das Comunas medievais, a influência marcante do catolicismo na cultura italiana, a localização da sede da Igreja e a constante intervenção do papado na política interna da península, etc. No entanto, Gramsci realça dentre esses inúmeros elementos, o papel cosmopolita dos intelectuais renascentistas como a principal causa da permanência da burguesia italiana em sua fase “econômico-corporativa”.

O aparecimento do intelectual orgânico da burguesia e sua progressiva hegemonização da nova visão de mundo nas formações sociais européias de transição do século XVI se constituiu no elemento cultural fundamental para a emergência da Europa moderna. Isto é, a constituição do intelectual vinculado aos interesses de caráter nacional-popular aparece como essencial para a efetivação do processo inicial de *nacionalização* das formações sociais renascentistas. Esse novo tipo de intelectual contribuiu decisivamente para a sistematização de uma visão de mundo coerente que se difundiu organicamente para o conjunto dos grupos sociais, em consonância com a constituição estrutural da classe burguesa.

Ainda no século XVI, no momento em que as novas estruturas do Estado unitário estavam sendo forjadas na Europa ocidental, a hegemonia desses intelectuais sobre os intelectuais tradicionais ligados às classes aristocráticas (sobretudo os clérigos e os intelectuais cortesãos) foi fundamental para a vitória das forças *nacionalizantes* sobre as forças universalistas da ordem feudal. Com efeito, nas formações sociais em que esse novo tipo de intelectual não se desenvolveu – ou, mesmo se desenvolvendo, acabou posteriormente sendo cooptado pela hegemonia cultural dos intelectuais ligados às classes aristocráticas – a visão de mundo burguesa não se transformou em ideologia orgânica. Sem se difundir para a “mente coletiva”, a nova visão de mundo não se transformou em força material,

<sup>9</sup> GRAMSCI, A. Torino: Einaudi, 2001. Q. 13, § 1, p. 1559.

em política, permanecendo como patrimônio cultural de pequenos grupos distanciados dos interesses nacional-populares.

Portanto, na Itália do Renascimento as forças burguesas progressivas só tiveram expressão teórica, cuja figura emblemática seria o próprio Maquiavel, sem conseguir superar o divórcio entre intelectuais e massas populares: o Renascimento italiano, apesar de esplendoroso no campo artístico, não desencadeou a reforma moral e intelectual necessária à constituição da vontade coletiva nacional-popular. E, se Maquiavel chega a vislumbrar o processo historicamente em curso, ele o faz com base na observação do *via fora* da Itália.

#### 4 Considerações finais

Na maioria das interpretações do pensamento de Maquiavel, mesmo naquelas que reconhecem as contribuições do “secretário florentino” para a filosofia política clássica ou para a constituição da “ciência política”, ainda permanece um agudo mal-estar em relação ao seu realismo político: o que pretendia Maquiavel com o seu pequeno opúsculo? Seria ele um republicano travestido ou um cínico partidário do despotismo?

Como se vê, são as antigas questões moralistas e especulativas que continuam fornecendo a tônica da maquiavelística contemporânea. E; sobretudo, continuam presentes as armadilhas teóricas que reproduzem *ad nauseam* o *enigma machiavelli*, só passível de solução através da historização radical do pensamento do autor sugeridas por Gramsci nos *Cadernos do cárcere*.

Sem dúvida, um dos principais obstáculos na compreensão da originalidade da abordagem gramsciana, não certamente o problema mais difícil, residiu exatamente na fragmentariedade das notas sobre Maquiavel. Ou seja, é preciso reconhecer que, pelo menos inicialmente, quando do início dos estudos sobre os *Cadernos do cárcere*, ainda nas décadas de cinquenta e sessenta, a falta de uma interpretação sistemática sobre Maquiavel tenha dificultado a apreensão da leitura gramsciana. E, para o leitor iniciante de Gramsci, esse talvez possa se apresentar ainda como um problema imediato, só passível de superação pelo contato íntimo com a obra.

No entanto, para a comunidade de estudiosos esse é um entrave metodológico há muito tempo superado, já que é exatamente essa arquitetura textual “aberta”, em constante *aggiornamento*, o elemento estilístico fundamental da escrita carcerária. E, se falta nos *Cadernos do cárcere* uma interpretação sistemática nos moldes clássicos da escrita acadêmica, com todos os momentos lógicos do processo de argumentação, ela existe *de fato*, distribuída pelos vários eixos aproximativos das notas. A interpretação gramsciana de Maquiavel encontra-se distribuída por um grande número de notas fragmentárias, explicitamente nas notas que constituem o *caderno n°*

13, integralmente dedicado à figura histórica do “secretário florentino” e, implicitamente, nas demais notas esparsas distribuídas pelos demais *cadernos*, que de forma mais ou menos direta aludem à obra de Maquiavel.

Quanto à acusação de *instrumentalizar* a leitura a ponto de comprometer a objetividade na apreensão do pensamento de Maquiavel, é preciso acrescentar que tal desvio não procede. Evidentemente que Gramsci não pode ser equiparado a um interprete acadêmico, preocupado tão somente com a *neutralidade formal* da interpretação, mas se coloca também como *homem de partido*, assumindo, portanto, a responsabilidade da defesa de uma “retórica” determinada. Aliás, essa leitura *interessada* (no sentido amplo: *retórica*) é uma característica não só da interpretação gramsciana, como nos mostra Gaetano Calabrò<sup>10</sup>, constituindo a tônica dos estudos maquiavelianos desenvolvidos na Itália e na Alemanha no período entre as duas grandes guerras: a necessidade de reconstrução dos Estados europeus após a Primeira Guerra colocava a leitura de Maquiavel na ordem do dia no sentido de contribuir para a orientação da práxis política.

Consequentemente, a leitura desenvolvida por Gramsci é também *partidária*, já que visa se apropriar criticamente das formulações maquiavelianas para propor uma ciência política viva e dinâmica, adequando as armas teóricas das classes subalternas para as novas condições da luta política do momento, marcada pela situação paradoxal da vitória bolchevique na Rússia e pelo refluxo revolucionário no Ocidente. No entanto, em hipótese alguma esse posicionamento metodológico ativo fere os cânones interpretativos do *campo hermenêutico*, salvaguardando completamente o rigor analítico da leitura gramsciana. Afinal de contas, a reflexão de Gramsci não visava tratar os seus temas da maneira “*neutra e objetiva*”, como deseja utopicamente o positivismo acadêmico, mas reconhecia explicitamente a vinculação direta entre o recorte estabelecido por sua investigação e a perspectiva analítica das classes subalternas.

Assim, podemos adiantar que a dificuldade na compreensão da crítica gramsciana não decorre da forma assistemática de suas notas ou de qualquer outro problema interpretativo, porém, provem muito mais de sua própria *complexidade* intrínseca. Ou seja, devido à extrema originalidade de suas formulações, distantes das concepções maniqueístas da maquiavelística tradicional, a interpretação gramsciana comporta a articulação de uma série complexa de eixos teóricos que articulam a história do desenvolvimento político italiano e as questões propriamente filosófico-científicas da práxis humana, aliadas à empreitada interpretativa de decifrar o enigma *machiavelli*. Esse é, portanto, o enfoque inovador que sustenta a crítica gramsciana de Maquiavel, e que até hoje não foi inteiramente reconhecido pela maquiavelística acadêmica.

<sup>10</sup> CALABRÒ, G. Qualche considerazione sul problema Machiavelli. In: MASTELLONE, Salvo; SOLA, G. *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Firenze: Centro Editoriale Toscano, 2001.

## Referências bibliográficas

- BADALONI, N. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSAWM, E. História do marxismo. o marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CALABRÒ, G. Qualque considerazione sul problema Machiavelli. In: MASTELLONE, S; SOLA, G. *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Firenze: Centro Editoriale Toscano, 2001.
- GRAMSCI, A. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del cárcere*: edizione critica. Torino: Einaudi, 2001.
- MACHIARELLI, N. *Tutte le opere*: storiche, politiche e letterarie. Roma: Newton & Compton editori, 1998.
- NERIS, G. M. *Política e hegemonia*: a interpretação gramsciana de Maquiavel. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.
- NERIS, G. M; DEL ROIO, M. *Renascimento e reforma nos quaderni del carcere*: a leitura política de Antonio Gramsci. *Ideação*, Rev. do Centro de Educação e Letras, UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, 6, p. 51-62, 2004.
- RUSSO, L. *Prolegomeni a Machiavelli*. Firenze: Le Monnier, 1931.
- SOREL, G. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.